

Investigações a caminho

O acordo também está sob investigação do Ministério Público Federal, que recebeu autorização do Superior Tribunal de Justiça (STJ) para averiguar outros negócios estranhos feitos pela Terracap. O acerto de Águas Emendadas é considerado um escândalo por deputados distritais de oposição, que defendem a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o assunto. No último dia 1º de agosto, o TCDF autorizou nova inspeção na Terracap para que sejam quantificados os prejuízos.

No acordo de 1994, a Terracap calculou os preços da área a ser desapropriada com base em perícia judicial. Para a fixação do preço, foram levados em consideração a proximidade da área de Águas Emendadas a um centro urbano (Planaltina, distante 2 km), a beleza do local e a possível valorização com desenvolvimento de uma área residencial.

O advogado Carlos Henrique de Almeida, diretor-presidente da Mina, está indignado. Afirma que só recebeu indenização por 102,73 hectares, e não por 178,65. "Não fui indenizado pelos 75 hectares em nenhum momento. Tanto isso é verdade que em todas as instâncias do Judiciário o meu direito à indenização foi reconhecido, inclusive no STJ", alega.

Almeida considera a ação movida por Eri Varela uma tentativa inócuia de adiar a venda dos 14 terrenos da Terracap penhorados à Mina. Ele diz também que não se pode falar em superfaturamento na transação entre a Mina e a Terracap. "Foi o Judiciário que fixou o valor original das glebas rurais, com acompanhamento da Terracap", diz.